

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004521-46.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**
Requerente: **BARBARA INGRIDY DOS SANTOS MARQUES**
Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que teve o fornecimento de energia elétrica de seu imóvel interrompida pela ré sem qualquer razão a tanto.

Alegou que havia um débito anterior, mas acordou com a ré o pagamento, bem como renovou o contrato em seu nome, motivo pelo qual não havia razão para a interrupção da energia elétrica.

Almeja à condenação da ré ao restabelecimento

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

do fornecimento da energia elétrica do imóvel que indicou.

No decorrer do feito, restou comprovado pela manifestação da ré (fls. 58/59) e pela ausência de impugnação específica a esse propósito por parte da autora que o restabelecimento da energia elétrica do imóvel foi regularizado.

No mais, a ré não esclareceu com precisão a legitimidade do corte da energia elétrica efetuado no imóvel da autora, o que leva a procedência da pretensão .

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a restabelecer o fornecimento da energia elétrica no imóvel da autora indicado a fl. 01, tornando definitiva a decisão de fls. 11/12, item 1, mas dou por cumprida a obrigação imposta, tendo em vista que já houve o restabelecimento do fornecimento da energia elétrica no imóvel indicado.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**